

A PRESENÇA DA LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA EM DOCUMENTOS LEGAIS QUE ORIENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Thalita Juliana de Freitas Meneses¹

Antônia Máira Emelly Cabral da Silva Vieira²

A literatura infantil afro-brasileira é um importante recurso pedagógico nas práticas educativas comprometidas com a diversidade, a equidade e a valorização das identidades negras no contexto escolar. Partindo dessa perspectiva, estamos desenvolvendo a pesquisa dissertativa “Representações Sociais de Professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre as Práticas Pedagógicas com a Literatura Infantil Afro-Brasileira em Escolas Estaduais de Mossoró/RN”, na linha de pesquisa “Formação Humana, Docência e Currículo” no Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC/UERN).

Baseando-se nas Leis 10.639/03 e Lei nº 11.645/08 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) e obriga o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, sentimos a necessidade de analisar como os documentos legais, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, orientam o trabalho com esse tipo de literatura. Desse modo, tivemos como objetivo discutir a presença e o tratamento dado à literatura infantil afro-brasileira nos documentos oficiais supracitados, buscando compreender as possibilidades e os limites que estes impõem à efetiva inserção da literatura infantil afro-brasileira no cotidiano das escolas. O tema justifica-se pela relevância de repensar o papel dessa literatura como recurso de combate ao racismo e de fortalecimento da identidade das crianças negras, contribuindo para uma educação antirracista, democrática e inclusiva.

Metodologicamente, é uma pesquisa qualitativa de natureza documental e bibliográfica (Gil, 2002). Realizamos a análise da BNCC (Brasil, 2018), das DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, além de obras de autores como Pinheiro (2023), Cardoso (2022) e Cavalleiro (2024). Buscamos identificar orientações para o uso da literatura infantil afro-brasileira e das práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura negra. A abordagem foi pautada na leitura crítica e comparativa dos textos normativos e teóricos, compreendendo as implicações desses documentos para a prática docente.

A BNCC reconhece que historicamente o Brasil se constituiu de forma desigual, desfavorecendo grupos minoritários em detrimento dos grupos dominantes. O acesso à escola foi limitado a uma parte da sociedade. Dessa forma, o documento compreende que igualdade e equidade devem ser base na proposta pedagógica considerando a superação dessas

¹ Mestranda em Educação (POSEDUC/UERN). Professora efetiva no município de Limoeiro do Norte/CE. Especialista em Literatura e Ensino (IFRN). Pedagoga pela UERN. E-mail: thalitajulianas@gmail.com.

² Professora na UERN no departamento de Educação. Mestra e Doutora em Educação (PPGED/UFRN). E-mail: antoniamaira@uern.br.

desigualdades. Tratando-se da educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a BNCC (Brasil, 2018) enfatiza que cabe às redes de ensino e às escolas incluir, de forma transversal, temas que impactam a vida social, entre eles a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e o Parecer CNE/CP nº 3/2004 e da Resolução CNE/CP nº 1/2004.

Quanto a literatura infantil afro-brasileira, não encontramos na BNCC competências, unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades ou qualquer outro ponto que enfatizasse a literatura afro-brasileira. O documento propõe de forma geral o trabalho com a diversidade cultural. Percebemos, portanto, que a BNCC compreende a diversidade e respeito pela cultura como fator importante no desenvolvimento do educando, diante disso cabe ao professor e a escola pensar as estratégias pedagógicas para introduzir o produto pertencente de cada cultura em suas aulas.

Já as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais orientam o uso de conteúdos e práticas pedagógicas de valorização da diversidade étnico-racial, especialmente das culturas e histórias afro-brasileiras e africanas. O documento tem como objetivo combater o racismo e a discriminação, promovendo a igualdade racial e o reconhecimento da contribuição histórica, social e cultural da população afrodescendente. Orienta os educadores na criação de um currículo que assegure a formação inclusiva, pautada no respeito à diversidade cultural e na valorização das diferentes identidades da sociedade brasileira.

O documento enfatiza e sugere um trabalho educativo que mobilize conhecimentos sobre a história e participação dos negros na construção da sociedade brasileira. Para superar essa lacuna apresentada pelo racismo presente em nosso meio, nós professores precisamos nos comprometer e demandar atenção as questões étnico-raciais. Quanto as leis 10.639/03 e 11.645/08, Pinheiro (2023) reforça que:

A letra da lei é explícita ao dizer que cria a obrigatoriedade em toda a extensão curricular. Isso significa que não é facultativa a abordagem da educação para as relações étnico raciais em toda a extensão curricular, tanto nos componentes curriculares [...], como em todo percurso formativo educacional formal no Brasil [...] afinal de contas, quem vai atuar nas escolas educando a estudiantada acerca dessas questões? (Pinheiro, 2023, p. 82-83).

Portanto, os resultados deste estudo indicam que, embora a BNCC valorize a diversidade cultural e a inclusão, aborda a questão de maneira ampla e genérica, sem mencionar explicitamente a literatura infantil afro-brasileira em seus componentes curriculares. Reconhece a necessidade de combater desigualdades históricas e promover a equidade, destacando a importância de um currículo que contemple as diversas manifestações culturais do país. Entretanto, a ausência de um direcionamento claro sobre o uso da literatura infantil afro-brasileira reflete uma lacuna significativa na efetivação das políticas antirracistas no campo educacional.

Contudo, as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais se mostram mais assertivas, ao valoriza a oralidade, a arte, a dança e a literatura como práticas educativas que



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



reafirmam a cultura afro-brasileira e africana. Determina ainda que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se desenvolva de modo interdisciplinar, envolvendo diferentes espaços e linguagens, inclusive a literatura. Além disso, recomenda a produção e difusão de livros e materiais didáticos que corrijam distorções históricas e promovam representações positivas da população negra.

Destarte, concluímos que apesar dos avanços legais, ainda há um distanciamento entre o que preveem as normas e o que se realiza nas escolas. Cardoso (2022) observa que a aplicação das leis muitas vezes se restringe à compra de acervos literários afro-brasileiros, sem um trabalho pedagógico contínuo. Cavalleiro (2024) afirma que, embora não seja o único espaço de reprodução do racismo, a escola ainda abriga práticas discriminatórias sutis. Assim, o professor deve assumir papel central ao selecionar obras que valorizem a cultura afro-brasileira e promovam um currículo plural, ampliando horizontes, desconstruindo estereótipos e fortalecendo o pertencimento das crianças negras, educando também as não negras para o respeito à diversidade.

Compreendemos, portanto, que a efetiva inserção da literatura infantil afro-brasileira nas práticas escolares depende de três dimensões interligadas: a formação docente, a revisão curricular e a construção de políticas públicas que garantam condições reais de implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Somente assim a educação poderá cumprir seu papel social de formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de construir uma sociedade verdadeiramente democrática, antirracista e inclusiva.

Palavras-chave: Literatura infantil afro-brasileira. BNCC. DCNs. Educação antirracista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 11 out 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 11 out 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 out 2025.

CARDOSO, Rosane. **Literatura infantil e juvenil na sala de aula: políticas antirracistas e**



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



formação leitora. In: SILVA, Mozart Linhares da; DIAS, Luiza Franco (Orgs.). *21 textos para discutir racismo em sala de aula*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 123-132.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. 7. ed. São Paulo: Selo Negro, 2024. p. 113-131.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

